

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000858-38.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Extinção da Execução**  
 Embargante: **Electrolux do Brasil S/A e outros**  
 Embargado: **Support Cargo S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL LUIZ MAIA SANTOS****Vistos.**

**Electrolux do Brasil S/A (matriz e filial) e Electrolux da Amazônia Ltda** opuseram embargos à execução de título extrajudicial que lhes é movida por **Support Cargo S/A** alegando, em síntese, que os títulos que embasam a execução não gozam de certeza, liquidez e exigibilidade, o que desautoriza a embargada ao manejo da ação executiva. Disse que o contrato firmado entre as partes previa que o preço seria pago de acordo com relatórios mensais aptos a demonstrar a quantidade de produto e movimentação em cada período, documentos estes que não foram juntados pela embargada. Além disso, as duplicatas não são exigíveis porque desrespeitada a Lei nº 5.474/1968, eis que tais títulos não foram aceitos pelas embargantes e não foram levados a protesto como determina a lei em seu artigo 15. Ainda, alegaram que a embargada descumpriu o contrato celebrado ao deixar de comprovar sua regularidade no pagamento de débitos trabalhistas, não tendo apresentado os documentos solicitados, motivo pelo qual o valor cobrado foi retido com base em cláusula contratual expressamente pactuada. Por isso, postularam a procedência dos embargos, a fim de que seja anulada a execução ou reconhecida a inexigibilidade do débito, extinguindo-se a ação executiva. Juntaram documentos.

A embargada foi intimada, mas não apresentou impugnação.

As partes foram instadas a esclarecer o interesse na produção de provas, tendo a embargada se manifestado.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos dos artigos 355 inciso I e 920, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, pois os documentos anexados aos autos e as alegações das partes bastam para a pronta solução do litígio, sendo desnecessária a dilação probatória.

A execução está fundada no inadimplemento de duas duplicatas mercantis vinculadas ao contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, onde a embargada alega que as embargantes inadimpliram dois destes títulos, o que justificou o ajuizamento da execução (fls. 17/21).

As duplicatas foram juntadas (fls. 71 e 72), sendo incontroverso que se trata de duplicatas sem aceite, porque as embargantes negaram o pagamento sob o fundamento de que o contrato mantido entre as partes fora resilido, além da retenção do pagamento das últimas faturas, nos termos de cláusula contratual expressa, em razão de pendências trabalhistas da embargada (fls. 85/86).

A duplicata sem aceite, pode se traduzir em título executivo extrajudicial hábil ao manejo da execução desde que sejam observados os seguintes requisitos: (i) seja protestada; (ii) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria ou da prestação dos serviços; e (iii) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º ou 21 da lei de regência.

Veja-se a redação do artigo 15, da Lei nº 5.474/1968 (Lei de Duplicatas), cuja regra é aplicável à duplicata emitida com base na prestação de serviços por força de seu artigo 20, § 3º: *Art 15 - A cobrança judicial de duplicata ou triplicata será efetuada de conformidade com o processo aplicável aos títulos executivos extrajudiciais, de que cogita o Livro II do Código de Processo Civil, quando se tratar: I - de duplicata ou triplicata aceita, protestada ou não; II - de duplicata ou triplicata não aceita, contanto que, cumulativamente: a) haja sido protestada; b) esteja acompanhada de documento hábil comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria; e c) o sacado não tenha, comprovadamente, recusado o aceite, no prazo, nas condições e pelos motivos previstos nos arts. 7º e 8º desta Lei.*

No caso dos autos, a embargada não levou os títulos a protesto, mas apenas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

os remeteu mediante notificação extrajudicial à parte embargante, a qual não lançou o aceite nas cópias, procedendo à retenção do pagamento nos termos de cláusula contratual pactuada entre as partes.

Logo, não há título executivo certo, líquido e exigível apto a autorizar o desenvolvimento da ação executiva, sendo de rigor o reconhecimento de sua nulidade, com consequente extinção.

Neste sentido: *EMBARGOS À EXECUÇÃO. DUPLICATA SEM ACEITE. AUSÊNCIA DE PROTESTO. A duplicata sem aceite deve ser protestada para se constituir em título hábil a embasar a execução. Exegese do artigo 15, inciso II, "a", da Lei n. 5.474/68. Hipótese de inadequação da via executiva, por falta de protesto. Embargos à execução julgados procedentes. Sentença mantida. Recurso não provido.* (TJSP; Apelação 1006374-94.2014.8.26.0011; Rel. Des. **Fernando Sastre Redondo**; Órgão Julgador: 38ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional XI - Pinheiros; j. 26/11/2014). E ainda: *APELAÇÃO COM REVISÃO – Embargos à Execução – duplicatas sem aceite – protesto não realizado – sem comprovante de entrega – exigibilidade inexistente – sentença mantida – recurso não provido.* (TJSP; Apelação 0042446-28.2011.8.26.0068; Rel. Des. **Claudia Sarmento Monteleone**; Órgão Julgador: 17ª Câmara de Direito Privado; Foro de Barueri; j. 08/06/2015).

As embargantes deduziram pedidos cumulados em ordem subsidiária, de modo que acolhido o pleito para reconhecimento de nulidade da execução, deixa-se de apreciar aquele formulado no sentido de se reconhecer a inexistência de valores devidos (item II de fl. 12).

Por fim, é caso de concessão do efeito suspensivo requerido pela parte embargante, nos termos do artigo 919, § 1º, do Código de Processo Civil, porque há probabilidade do direito (ausência de título executivo hábil) e perigo de dano no tocante ao desenvolvimento dos atos executivos. Além disso, foi prestada garantia ao juízo nos autos principais (seguro garantia).

Em virtude deste desfecho, fica indeferida a produção de prova oral e pericial requerida pela embargada, porque inexistente título apto ao ajuizamento da execução. Não há qualquer utilidade na instauração da fase instrutória no presente procedimento,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

sendo atribuição do juiz indeferir medidas inúteis ao julgamento da causa (CPC, art. 370, parágrafo único).

**Ante o exposto, julgo procedentes os embargos, para reconhecer a nulidade e declarar extinta a execução, com fundamento no artigo 803, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Defiro o efeito suspensivo aos presentes embargos, a fim de determinar que seja obstada a prática de qualquer ato construtivo nos autos da execução cuja nulidade ora se reconhece.

Traslade-se cópia desta sentença para os autos da execução.

Em razão da sucumbência, condeno a embargada ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, dê-se baixa e arquivem-se.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 02 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**